

Falsa Identidade

A última sessão do Congresso, encerrando a sessão legislativa e a legislatura, foi uma síntese fiel da representação que funcionou dois anos como Constituinte e dois sem rumo. A punição desse comportamento desnordeado se exprimiu na taxa de 61% de deputados mandados para casa pelo eleitor.

A Constituição de 88 tem sido mais badalada pelas conquistas que a recheiam de utopias do que examinada na sua falta de viabilidade prática. O eleitor que barrou quase dois terços da representação que se retira (e que pretendiam continuar) não se deixou levar pelo ruído promocional dos que participaram da Constituinte como Pilatos está no Credo. O nível de exigência aumentou diante da inconseqüência que paralisou a Câmara e o Senado.

Na hora de dar o seu voto, o eleitor brasileiro entendeu que era a oportunidade de participar de um julgamento político. Estava no banco dos réus o constituinte que negligenciou a responsabilidade que ele próprio se atribuiu ao fixar prazo para a legislação complementar. Preferiu, assim, exibir a dúvida que fala mais alto do que esse louvor dos políticos em causa própria, e negou a reeleição pleiteada com base em medidas que não se aplicam apenas porque foram consignadas em tese. Até hoje os brasileiros continuam à espera de leis que

materializem direitos com a definição de fontes de financiamento. Os constituintes aumentaram as despesas mas não providenciaram a receita. Direitos sociais não vivem de palavras bonitas.

O eleitor percebeu logo que não teria tão cedo outra oportunidade de ser didático no uso do seu voto, e tratou de aproveitá-la: o raciocínio coletivo adotou um sentido exemplar ao recusar ostensivamente a reeleição pedida pelos deputados como um prêmio pelo aumento do estoque das nossas mais anacrônicas utopias. O Estado nada mais tem a oferecer, principalmente quando não é capaz de dar o que é da sua obrigação, como escola, saúde e segurança à cidadania. Atribuir-lhe outras franquias e benefícios, sem os meios de realizá-las, era uma fraude, como ficou evidenciado nos dois anos de vazio que se seguiram à Constituição.

Em seu atônito final, o Congresso mostrou a falta de aplicação que o baixo rendimento legislativo atestou. Em uma hora, tangidos pela atração do recesso, deputados e senadores deram por aprovadas 14 medidas provisórias sem maiores exames. A votação, mais uma vez, foi simbólica, pois o governo e a oposição não contavam em plenário presenças suficientes para medir votos. O voto de liderança mostrou que esta representação ainda não correspondeu aos novos tempos.